

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)

Atuação do estado e da sociedade civil na

EDUCAÇÃO II



Atena
Editora
Ano 2022

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)

Atuação do estado e da sociedade civil na

EDUCAÇÃO II



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Atuação do estado e da sociedade civil na educação 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A886 Atuação do estado e da sociedade civil na educação 2 /
Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André
Ricardo Lucas Vieira. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0201-5

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.015220906>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da
(Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador).
III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência e buscando superar problemas estruturais, como a desigualdade social por exemplo. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores/as pesquisadores/as.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e ataque às questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado “**Atuação do estado e da sociedade civil na educação**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os diferentes sujeitos que fazem parte dos movimentos educacionais.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto importante para o fortalecimento da democracia e superação das desigualdades sociais.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares às problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

SOCIEDADE, VIOLÊNCIAS E EDUCAÇÃO POLICIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Eduardo Nunes Jacondino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209061>

CAPÍTULO 2..... 12

REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: TEORIA E PRÁTICA

Maria da Conceição Dal Bó Vieira

Sandra Cristine Arca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209062>

CAPÍTULO 3..... 21

DESAFIOS DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19

Roberta Souza da Silva Ferreira

Larissa Oliveira Guimarães

Maria Andresiele Andrade Carvalho

Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade

Crismilla dos Santos Silva

Maria Rita Ribeiro dos Santos

Tamires Souto Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209063>

CAPÍTULO 4..... 30

PROJETO #SEXTOUPEDAGÓGICO PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE BENEVIDES, PARÁ, BRASIL

Kelly Lene Lopes Calderaro Euclides

Francilene Sodrê da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209064>

CAPÍTULO 5..... 36

FORMAÇÃO EM SERVIÇO PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: INCLUSÃO ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA

Rosivane Sousa Pereira

Rosiane Sousa Pereira

Cleonice Pedreiro Mesquita

Roseane Silva de Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209065>

CAPÍTULO 6..... 43

PROPOSTAS PARA MELHORIA DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) POR MEIO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA: UM ESTUDO DE CASO NUMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE

SÃO LUÍS – MA

Rosa Coelho Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209066>

CAPÍTULO 7.....58

MINHA AULA MIGROU PARA O WHATSAPP, E AGORA? O USO DE APLICATIVOS MULTITAREFAS COMO RECURSOS EDUCACIONAIS

Jeanne de Jesus Rodrigues

Viviane Aparecida Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209067>

CAPÍTULO 8.....68

O QUE TEM NA FRONTEIRA INTERNACIONAL DE PONTA PORÃ/MS? DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA AS ESCOLAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Silvano Artur Busch Vergutz

Marsiel Pacífico

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209068>

CAPÍTULO 9.....87

A COMPREENSÃO DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DOS APENADOS DO SÍLVIO PORTO

Maria Bernadete Rodrigues do Nascimento

Maria de Fátima Leite Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209069>

CAPÍTULO 10.....110

AVALIAÇÃO E EDUCAÇÃO INFANTIL: BUSCAR OUTROS CAMINHOS, OUTRAS PERSPECTIVAS

Daiana Camargo

Sirlene Delgado

Andreliza Cristina de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01522090610>

CAPÍTULO 11.....123

O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE) E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA SURDOS: DESAFIOS DURANTE O CONTEXTO PANDÊMICO

Disraely da Silva Machado Fernandes

Louriane Lindoso Moraes

Natalia Moreira de Carvalho Campos

Kaciana Nascimento da Silveira Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01522090611>

CAPÍTULO 12.....135

METODOLOGÍAS ACTIVAS EN EL MODELO COMPRENSIVO RESTAURADOR

Normiña Murillo Murillo

Yulieth Paola Narváez Buelvas

Jeniffer Ximena Vega Fajardo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01522090612>

CAPÍTULO 13..... 148

O CONTEXTO EDUCACIONAL DE SALINAS-MG NA DÉCADA DE 1950: “MEU PAI CHEGOU A COMBINAR TUDO PARA ME MANDAR ESTUDAR FORA[...]”

Lilian Gleisia Alves dos Santos

Felipe Eduardo Ferreira Marta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01522090613>

CAPÍTULO 14..... 165

TODA FAMÍLIA É IGUAL? REPRESENTAÇÕES FAMILIARES NA LITERATURA INFANTIL HÍBRIDA

Berenice Rocha Zabbot Garcia

Nicole de Medeiros Barcelos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01522090614>

CAPÍTULO 15..... 181

PROTAGONIZANDO E SUBMERGINDO NO ODS 6: UMA PROPOSTA DE AULA PARA O ENSINO DE QUÍMICA

Andreia Oliveira Barreiros

Rachel Helena Gachet Silva

Suellen Gueiros Ruiz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01522090615>

CAPÍTULO 16..... 190

AÇÕES AFIRMATIVAS NO IFES CAMPUS IBATIBA: A POLÍTICA DE COTAS E OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA E ÊXITO NOS CURSOS TÉCNICOS

Gilberto Mazoco Jubini

Charlles Monteiro

Shayane Ferreira dos Santos

Veruschka Rocha Medeiros Andreolla

Carlos Henrique Medeiros de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01522090616>

SOBRE OS ORGANIZADORES 205

ÍNDICE REMISSIVO..... 206

CAPÍTULO 9

A COMPREENSÃO DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DOS APENADOS DO SÍLVIO PORTO

Data de aceite: 01/06/2022

Data de submissão: 08/04/2022

Maria Bernadete Rodrigues do Nascimento

Universidade Federal da Paraíba - UFPB
João Pessoa - PB
<http://lattes.cnpq.br/0182122701089191>

Maria de Fátima Leite Gomes

Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal da Paraíba - UFPB
João Pessoa - PB
<http://lattes.cnpq.br/4394354057605546>
ORCID: 0000-0002-9056-6432

RESUMO: O presente estudo foi realizado na perspectiva analítico-crítica da realidade dos apenados que cumprem pena na Penitenciária Desembargador Sílvio Porto. A relevância se dá no fato de possibilitar um conhecimento mais aprofundado da realidade educacional dos apenados que cumprem pena na referida instituição e conhecer como os apenados compreendem o processo de escolarização. Os objetivos investigados buscaram a compreensão do Plano Estadual da Paraíba de Educação nas Prisões, no Sílvio Porto, além de identificar as reais possibilidades de socialização, de aprendizagem, de reconhecimento de si e do outro, a partir da inserção na educação. Os desdobramentos metodológicos, partiram do acesso a documentos, como relatórios, estatísticas, leis, regimentos, resoluções, decretos e obras de referência, bem como os

dados quantitativos obtidos no ato da pesquisa empírica. Os dados estudados, decorrem de uma pesquisa social, de caráter documental e bibliográfico, numa abordagem analítico-crítica da realidade investigada, na busca de uma compreensão detalhada dos significados e das narrativas dos sujeitos participantes da pesquisa. Os dados apontam que o Plano Estadual da Paraíba de Educação tem sido exequível em parte, haja vista a exclusão que ainda ocorre, pois apenas um percentual de 9,30% têm acesso à Educação Formal e 8,84% Não-Formal. Sobre tal realidade, a pesquisa revelou a ausência de critérios definidos e transparentes quanto à seleção dos apenados ao acesso à Educação Formal e Não-Formal, significando uma lógica seletiva, que envolve relação de poder, de privilégios, da boa vontade de quem seleciona e de sua convicção pessoal. Essa convicção é o que perpassa a realidade da Educação Formal e Não-Formal, na referida Instituição Penal. Desta feita, a pesquisa em tela muito contribuiu para a expansão do conhecimento da realidade prisional, bem como espraia a concepção da educação no cárcere sob a ótica da educação inclusiva enquanto possibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Prisões. Socialização. Realidade Prisional.

UNDERSTANDING THE SCHOOLING PROCESS FROM THE PERSPECTIVE OF SÍLVIO PORTO'S INJUNCTIONS

ABSTRACT: The present study was carried out from the analytical-critical perspective of the reality of inmates serving sentence in

Desembargador Sílvio Porto Penitentiary. The relevance lies in the fact that it allows for a deeper knowledge of the educational reality of inmates who are serving sentences in that institution and to know how the inmates understand the schooling process. The investigated objectives sought to understand the Paraíba State Plan for Education in Prisons, in Sílvio Porto, in addition to identifying the real possibilities of socialization, learning, self-recognition and the other, based on insertion in education. The methodological developments started with access to documents, such as reports, statistics, laws, regulations, resolutions, decrees and reference works, as well as the quantitative data obtained in the act of empirical research. The studied data derive from a social research, of documentary and bibliographical character, in an analytical-critical approach of the investigated reality, in search of a detailed understanding of the meanings and narratives of the subjects participating in the research. The data show that the Paraíba State Education Plan has been partially feasible, given the exclusion that still occurs, as only 9.30% have access to Formal Education and 8.84% Non-Formal. Regarding this reality, the research revealed the absence of defined and transparent criteria regarding the selection of inmates for access to Formal and Non-Formal Education, meaning a selective logic, which involves a relationship of power, privileges, the good will of those who select and of your personal conviction. This conviction is what permeates the reality of Formal and Non-Formal Education in the aforementioned Penal Institution. This time, the research on screen greatly contributed to the expansion of knowledge of the prison reality, as well as it spreads the conception of education in prison from the perspective of inclusive education as a possibility.

KEYWORDS: Prison Education. Socialization. Prison Reality.

1 | INTRODUÇÃO

A prisão¹ é tão antiga quanto a memória dos homens e mesmo com o seu caráter aflitivo, ela continua a ser a panacéia penal a que se recorre em todo o mundo. Estrutura viciada e corroída pelos maus-tratos e pela corrupção, a prisão é um dos temas mais estudados pelos mais variados campos do conhecimento, objeto de reflexão, nos quais se debruçam, especialmente, as Ciências humanas e Sociais.

Segundo Foucault (1987), o surgimento da prisão antecede a sua sistematização nas leis penais e foi utilizada desde as antigas civilizações, como Roma e Grécia. Na Idade Média, a Igreja inovou ao castigar os monges rebeldes ou infratores com recolhimento em penitenciárias; em celas, em alas de mosteiros dos conventos, mediante penitência e oração.

Com a expansão colonial das potências europeias, a extensão dos núcleos urbanos, a pobreza que se espalhou por toda a Europa, o aumento da criminalidade ao longo dos séculos XVI e XVII², através do processo de crise do feudalismo e ascensão do modo de

1 Para nos referirmos à prisão, utilizamos aqui outros termos: cárcere, penitenciária, instituição penal, reclusão, detenção – todos com o mesmo sentido.

2 A prisão como pena voltada à reeducação foi inaugurada na Holanda, no fim do século XVI, com a criação de casas correccionais, na cidade de Amsterdam: em 1595 para homens e em 1597 para mulheres. Essas duas prisões foram destinadas, a princípio, a ser uma espécie de presidio para vadios, mendigos e prostitutas, transformando-se depois em penitenciárias. Em seguida surgiram casas com a mesma finalidade em Bremen (1609), Lübeck (1613), Hamburgo (1622) e assim por diante, até se generalizarem. No século XVII, deu-se início ao período humanitário das prisões, não

produção capitalista, em que se iniciou um movimento de revisão em torno da finalidade da pena.

Conforme dito, o (re)surgimento da prisão sob outra modalidade, não aconteceu simplesmente para cumprir um propósito humanitário de substituição das antigas punições, mas para disciplinar setores marginalizados e emergentes do capitalismo. Assim, a prisão no aparato legal ressurgiu para segregar e combater os que iam contra o status quo.

No século XVIII, considerado o século das luzes, o Renascimento chega ao seu apogeu e formata os princípios do Direito Penal moderno. Nesse contexto, dois fatos históricos são decisivos para o fim da atrocidade pública e da espetacularização do suplício: a Revolução Francesa, em 1789, e a consequente Declaração dos Direitos do Homem, aprovada pelas Nações Unidas em 1948, na cidade de Paris.

Em fins do século XVIII e início do século XIX, conjuntamente com as transformações da sociedade americana e europeia, a partir da Revolução Industrial, o sistema penitenciário e as formas de reclusão dos apenados passaram a ser discutidas intensamente. Surgiram estudos que propunham o cumprimento da pena privativa de liberdade de forma mais humanizada, com uma melhor preparação do infrator para a liberdade e tentativas de modelos prisionais adotados em alguns presídios, como o de Filadélfia e o de Auburn, ambos nos Estados Unidos.

A prisão no século XX, o chamado Período Científico dos Estudos Penais e Criminológicos, ainda representa o instrumento em condições de fazer frente à inquietação urbana, que se instala na sociedade civil pelo caráter mínimo impellido ao Estado, em face da política neoliberal de ajuste fiscal que se faz presente à deterioração e ao corte dos financiamentos das políticas sociais, não apontando a porta de saída que conduza seus beneficiários da exclusão para a inclusão social. Isto posto, o núcleo duro que formata as políticas na área social ainda é estruturado sob o modelo focal e seletivo, que por sua vez, não viabiliza a superação da insegurança material que se tem generalizado e espreado entre os segmentos sociais mais empobrecidos.

No século XXI, tal espectro se identifica, especialmente na particularidade dos países em vias de desenvolvimento, como o Brasil, em que a prisão continua a se apresentar enquanto um cenário deprimente, que torna a pena extensiva aos familiares dos apenados: torna órfãos os filhos de pai vivo; enviúva a esposa do marido combalido; prejudica o credor do preso tornado insolvente; desadapta o encarcerado à sociedade; desencadeia graves conflitos sexuais; onera o Estado; amontoa seres humanos em jaulas sujas, úmidas, onde vegetam em olímpica disputa por um parco espaço como verdadeiros trapos humanos.

Vale ressaltar que, a criminalidade, no caso brasileiro, consiste no produto de um

porque elas se tornassem verdadeiramente humanas, mas porque foram expostas ao público as verdades acerca de abusos, atrocidades e injustiças contra pessoas sujeitas ao aprisionamento. Daí o início de uma série de movimentos de reformas, os quais se estenderam na Europa durante todo aquele século, combatendo a dureza dos cárceres, a complicação dos processos investigatórios, o atraso dos aparelhos judiciários e a idoneidade das prisões como locais destinados ao cumprimento de pena ressocializadora.

sistema político-econômico injusto, que age em nome dos privilégios alcançados por uma minoria, em detrimento da exploração desumana da maioria, baseando-se, dessa forma, na desigualdade, na pobreza, na submissão e na miséria crescente. A deplorável situação econômica em que vive o indivíduo, juntamente com a falta de oportunidade ocasionada por um estudo de baixa qualidade e pela falta de emprego, dentre outras causas, fazem com que esse indivíduo crie uma “inversão de valores” contrário a Lei e as normas morais estabelecidas em sociedade.

Essa situação cria verdadeira fissura social, a qual conforme Wacquant (2000), desencadeia uma combinação de fatores que passam por fora dos mecanismos tradicionais de participação e manifestação política, implicando em um processo de ruptura civil que, por vezes, provoca o alijamento do indivíduo quanto a sua inserção social.

No caso do Brasil, um fio condutor tem influenciado indivíduos pertencentes às camadas mais marginalizadas socialmente a caírem nas redes do sistema repressivo. Prova disso é o aumento da população carcerária e, conseqüentemente, o déficit de vagas no sistema prisional. Tal realidade, reconhece-se no Instituto Penitenciário Desembargador Sílvio Porto³, em João Pessoa-PB, marcado por superpopulação, déficit de vagas, infraestrutura precária e insuficiência de recursos humanos.

No tocante ao Sistema Formal de Ensino em unidades prisionais na Paraíba, no ano de 2016 foram criadas por meio de Decretos Estaduais, publicados no Diário Oficial do Estado da Paraíba Nº 16209, de 16 de setembro, três escolas: Decreto Nº 36909, de 15 de setembro de 2016, cria a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ariano Vilar Suassuna, na Penitenciária Regional Padrão de Cajazeiras; Decreto Nº 36908, de 15 de setembro de 2016, cria a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Paulo Freire, na Penitenciária Regional de Campina Grande Raimundo Asfora (Serrotão) e o Decreto Nº 36907, de 15 de setembro de 2016, cria a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Graciliano Ramos, na Penitenciária Desembargador Sílvio Porto, em João Pessoa, recorte objeto de investigação da pesquisa ora intitulada: “Prisão e Educação, Um Hiato Histórico: da cela a sala de aula, um caminho para a educação ao longo da vida?”, bem como, do plano de trabalho: “A compreensão do processo de escolarização sob a perspectiva dos apenados do Sílvio Porto: uma reflexão para a vida?”.

O Sílvio Porto é referência no que tange a inclusão de presos no sistema formal de ensino, dentre as demais Instituições Penais da localidade. Possui Pavilhão com estrutura para o funcionamento de biblioteca, salas de aula e banheiros. Ademais, segundo a Coordenação de Educação em Prisões da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba (SEC-PB, 2018), o Sílvio Porto é a referência para certificação de todos os presos

³ A Penitenciária Desembargador Sílvio Porto está localizada à Rua Coronel Bevenuto Gonçalves, S/Nº, no Bairro de Mangabeira VIII, em João Pessoa - PB, mais conhecido como Sílvio Porto11, destina-se ao cumprimento de pena em regime fechado. Foi construído, segundo Rodrigues (2004, p. 3), em 1997, sendo inaugurado em janeiro de 2000, o que mostra ser uma edificação recente. No início de seu funcionamento, era considerado eficiente, pois havia uma compatibilidade entre sua estrutura física e a quantidade de presos.

concluintes do Ensino Formal das unidades prisionais do município de João Pessoa e região metropolitana.

Diante do exposto, o plano de trabalho acima mencionado, buscou analisar em que medida ocorreu o acesso dos apenados à educação na referida instituição. Para tanto, optou-se pela metodologia qualitativa, através da técnica da pesquisa bibliográfica e documental, a partir da pesquisa empírica realizada em 2018, no Instituto Penitenciário Desembargador Sílvio Porto, com 1075 apenados.

Outrossim, os dados desta pesquisa e do plano de trabalho foram agrupados e sistematizados com base nas respectivas categorias analíticas: a) acesso ao ensino formal; b) acesso a cursos profissionalizantes; c) inserção no mercado de trabalho formal; d) aceitação social; e) relevância da educação; f) inserção social; g) conclusão do ensino fundamental e/ou médio; h) ingresso na universidade; i) ser alfabetizado; j) exemplo para família; k) mudança de mentalidade; e, l) “outros”.

Nessa direção, através dos dados coletados, buscou-se compreender e analisar a concepção da narrativa dos apenados sobre o papel da educação como viés de inserção social.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia se deu a partir da sistematização e análise dos dados coletados, através da pesquisa bibliográfica e documental. Posteriormente, a coleta dos dados, ocorreu a fase da análise de conteúdo dos dados quantitativos e qualitativos. Essa análise caracterizou-se pela decomposição dos dados objetos da pesquisa e pela interpretação que abrangeu a classificação, a codificação e a tabulação das respostas.

No tocante a revisão bibliográfica, foram utilizados documentos referentes à Política de Educação; o plano Estadual de Educação nas Prisões; Leis, Regimentos, Dados estatísticos, Resoluções, Artigos científicos, Decretos, obras de referências com bases em clássicos, à luz do pensamento crítico e reflexivo, cujo objetivo foi fundamentar o estudo bem como, apreender o direcionamento da Política de Educação e prisões.

Além disso, os dados foram analisados com base na análise de conteúdo, que conforme Bardin (1977) consiste em um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que aplicam a “discursos” (conteúdos) extremamente diversificados. O fator comum desta técnica múltipla e multiplicada fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Nesse sentido, a análise de conteúdo é uma técnica para ler e interpretar narrativas de toda classe de documentos, que analisados de forma adequada abre portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social, e de outro modo, inacessível. Esta técnica também possibilita a reinterpretação das mensagens, indo além de uma leitura comum, de forma a atingir uma compreensão

aprofundada e crítica do conteúdo analisado. O desenvolvimento dessa análise se dá em três fases distintas, a saber: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados; inferências e interpretação.

A primeira etapa corresponde a pré-análise, que consiste na fase de organização dos materiais já disponíveis, configurada pela sistematização das ideias preliminares; durante essa fase pode ocorrer a busca por novos conteúdos necessários para o aprofundamento do estudo.

Ainda de acordo com Bardin (1977), para realizar a pré-análise se faz necessário seguir alguns passos: a) deverá ser realizada uma leitura flutuante do material, que consiste no primeiro contato do pesquisador com as informações a serem analisadas, para que possa tomar conhecimento do conteúdo; b) fazer a escolha dos documentos adequados para a análise (a priori) ou selecionar os documentos já coletados para a análise (a posteriori); c) realizar a construção do corpus, com base na exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência, nesse momento ocorre a elaboração de indicadores que se dá por meio de recortes de textos nos documentos de análises; d) deverão ser formuladas hipóteses e objetivos, estando relacionados a uma afirmação provisória que se propõe verificar, podendo ser comprovada ou refutada; e) e, para finalizar essa etapa, o material deverá ser preparado para a realização da análise de conteúdo.

A segunda etapa da análise de conteúdo conforme Bardin (1977), se dá através da exploração do material. Assim, nessa fase da pesquisa foi realizada a codificação e a categorização do conteúdo. Desta feita, sistematizou-se a codificação composta de palavras, do tema, dos sujeitos da pesquisa e dos acontecimentos que perpassaram o objeto da pesquisa. Quanto as unidades de contexto, para selecioná-las considerou-se sua pertinência; além dos pontos já abordados, enumerou-se as categorias identificadas. A enumeração foi realizada através da presença da frequência ponderada, da intensidade, da direção, da ordem e co-corência ou seja, análise de contingência.

Após a codificação, realizou-se o processo de categorização em que buscou-se atender os seguintes critérios: semântico, sintático, léxico ou expressivo. A terceira fase segundo Bardin (1977) trata-se do tratamento dos resultados obtidos que podem ser feito por meio da inferência, que se constitui um tipo de interpretação controlada. De acordo com Bardin (1977), a inferência poderá, “apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor”.

Portanto, durante a fase final do desenvolvimento da pesquisa, os dados foram sistematizados, categorizados, agrupados e analisados, envoltos numa totalidade dialética, a fim de se alcançar respostas plausíveis às questões propostas, a saber:

- Qual a importância da educação formal no processo de (re) inserção social?
- Quais as aspirações de aprendizagem através da educação formal?

Após o agrupamento e sistematização dos dados analisados, foi possível a compreensão sobre o objeto de investigação.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A população carcerária brasileira corresponde a uma realidade de superlotação, a qual não se restringe a um estado ou uma unidade prisional, mas alcança todo o território nacional, conforme demonstra o quadro 1, abaixo:

POPULAÇÃO CARCERÁRIA NO BRASIL, ENTRE OS ANOS DE 2017 A 2020.									
Ano	Regime Fechado	Regime Provisório	Regime Semiaberto	Regime Aberto	Medida de Segurança	Tratamento Ambulatorial	Total	Vagas disponíveis	Déficit de vagas
2017	309.813	237.760	117.804	36.136	2.564	499	706.619	423.242	303.112
2018	326.911	242.133	126.060	27.206	2433	589	725.332	454.833	270.499
2019	362.547	22.558	133.408	25.137	4.109	250	748.009	442.349	305.66
2020	344.773	209.257	101.805	43.325	2.696	413	701.401	446.738	256.663

Quadro 1 - População carcerária brasileira

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora, com base em dados do INFOPEN (2020).

O quadro 1, apresenta dados da população carcerária brasileira correspondente ao período que vai de 2017 a 2020. De acordo com a análise dos dados oficiais do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), houve variações na taxa de ocupação pela população carcerária durante o período especificado. No ano de 2017 as pessoas privadas de liberdade correspondiam a 726.354, as vagas disponíveis eram de 423.242, tendo um déficit de 303.112 representando 41,73%. No ano de 2018 a população carcerária correspondia a 725.302, as vagas disponíveis eram de 454.833, tendo um déficit de 270.499 representando 37,29%. No ano de 2019 a população carcerária correspondia a 748.009, as vagas disponíveis eram de 442.349, tendo um déficit de 305.660 representando 40,86%.

No ano de 2020 as pessoas privadas de liberdade eram de 701.401, as vagas disponíveis eram de 446.738, tendo um déficit de 256.663 correspondendo a 36,59%. Vale ressaltar que, 2018 em relação a 2017 segundo os dados oficiais do INFOPEN, a população carcerária aumentou 18.713 no número de pessoas privadas de liberdade, representando um acréscimo de 2,64%. O ano de 2019 em comparação ao de 2018, o aumento foi de 22.677, confere ao acréscimo de 3,12%. No ano de 2020 em relação a 2019, houve uma

diminuição no número da população carcerária de 46.608, o que representou menos de 6,23%.

A diminuição no número da população carcerária no ano de 2020 em relação ao ano anterior pode estar relacionada as medidas de biossegurança utilizadas para o enfrentamento da Pandemia causada pelo novo Corona Vírus, que tem assolado a população mundial. “[...] Sabe-se, até o momento, que a mais efetiva medida de contenção ao avanço da doença é o isolamento social” (CARVALHO; SANTOS; 2020, p. 1).

A superlotação das instituições penitenciárias brasileiras vem se tornando uma tarefa quase impossível de aplicar medidas sanitárias no que diz respeito a higiene, ao uso de equipamentos adequados de proteção pessoal e principalmente ao isolamento social. Os apenados compartilham celas superlotadas, com pouca ventilação e quase nenhuma higiene. Ao longo da Pandemia do novo Corona vírus, algumas medidas de desencarceramento foram propostas, tanto por instituições internacionais quanto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na tentativa de combater a disseminação da Covid-19 nos presídios. Nesse sentido, foram sugeridos a revisão das prisões preventivas, às concessões de saídas antecipadas de apenados, em regimes fechado e semiaberto que façam parte dos grupos de risco. (PEDROZA, 2020, pg. 3).

De acordo com os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no ano de 2020, cerca de 32,5mil apenados deixaram as unidades prisionais em razão da Pandemia do novo COVID19, representando uma porcentagem de 4,78% da população carcerária. Segundo o CNJ, os 32,5 mil apenados que deixaram a prisão passaram a cumprir a pena em regime domiciliar ou monitoramento eletrônico.

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), dados levantados durante o período de janeiro a julho de 2020, a população carcerária brasileira correspondia a 702.069 pessoas, enquanto que, o sistema carcerário, nesse período, correspondia a 446.738 vagas, representando um déficit de 255.331. Destas pessoas privadas de liberdade, 344.773 estavam no Sistema Fechado, 314.398 (44,78%) correspondiam ao sexo masculino; 12.447(1,7%) correspondiam ao sexo feminino e 17.928 (2,55%) eram apenados que se identificavam por outra opção sexual. 101.805 estavam cumprindo pena na modalidade Semiaberta, dos quais, 88.319 (12,58%) eram do sexo masculino; 4.788 (0,68%) do sexo feminino e 8.698 (1,24%) eram pessoas que se definiam por outra opção sexual.

No Regime Aberto se encontravam 43.325 apenados, as quais 7.611(1,08%) correspondiam ao sexo masculino; 282(0,04%) ao sexo feminino e 53.432(5,05%) eram apenados que tinham outra opção sexual. Do universo total de apenados, 209.257 cumpriam Medida Provisória. 176.953(25,2%) eram do sexo masculino; 8.409(12%) do sexo feminino e 23.895(34%) se definiam por outra opção sexual. 2.909 estavam sob Medida de Segurança e em Tratamento Ambulatorial, dos quais, 1.103(0,16%) correspondiam ao sexo masculino; 7 (0%) ao sexo feminino e 1.799(0,26%) se definiam por outra opção sexual.

Na territorialidade da Paraíba no ano de 2020, a população carcerária correspondia a 11.058 no total de pessoas privadas de liberdade; destes, 5.775 se encontravam no Regime Fechado; 5.584(50,52%) correspondia ao sexo masculino; 167(1,51%) ao sexo feminino e 24(0,22%) aos apenados que se definiam por outra opção sexual. 3.371 cumpriam Medida Provisória; 3.251(29,4%) correspondiam ao sexo masculino; 116(1,05%) ao sexo feminino e 4(0,04%) que se definiam por outra opção sexual. 1.565 cumpriam em Regime Semiaberto; destes, 1.441(13,04%) eram do sexo masculino; 65(0,59%) do sexo feminino e 59(0,53%) que se definiam por outra opção sexual. 304 estavam sob o Regime Aberto; 298(2,7%) correspondia ao sexo masculino; 6(0,05%) eram apenados que se definiam por outra opção sexual.

O estado da Paraíba, ainda mediante o INFOPEN (2020), possuía 12.548 unidades prisionais, correspondendo a 99,78%(e outras prisões correspondendo a uma taxa de 0,22%) A capacidade de ocupação no Sistema Prisional Paraibano no ano de 2020 era de 6.910 vagas representando um déficit de 4.148, que traduzido em porcentagem representa 37,51%.

Na Penitenciária Desembargador Sílvio Porto a qual se desenvolveu a pesquisa “in loco”, a população carcerária no ano de 2020, segundo dados do INFOPEN (2020), correspondia ao número de 1.607 pessoas privadas de liberdade, dos quais 1.579 estavam cumprindo pena no Regime Fechado e 28 sob o Regime Provisório.

Em relação a faixa etária das pessoas privadas de liberdade na Paraíba, dados oficiais do INFOPEN (2020), referentes ao período de janeiro a julho de 2020, informa que: No subgrupo de 18 a 24 anos são 3.364, representando 26,87%; entre os apenados com 25 a 29 anos, o número é de 2.924; em dados percentuais 23,35%; entre a faixa etária dos 30 aos 34 anos a quantidades pessoas é de 2.185, traduzidos em dados percentuais correspondiam a 17,45%. As pessoas privadas de liberdade com idades entre 35 a 45 anos eram 2.558, representando 20,43% em dados percentuais; as pessoas que estavam na faixa etária dos 46 a 60 anos correspondiam a 937, que traduzidos em dados percentuais configuravam-se em 7,48%. Os apenados com idade acima de 60 anos eram de 156 pessoas, representando 1,25% do número total.

No âmbito da educação no Sistema Prisional, na Paraíba, especialmente em João Pessoa, os dados objeto de investigação do plano de trabalho da bolsista PIBIC/CNPQ/UFPB, serão analisados com base na realidade da Penitenciária Desembargador Sílvio Porto, entre 2020- 2021. Todavia, os dados coletados revelam que sobre 2021 não foi possível encontrar elementos que substanciassem os objetivos do referido plano. Assim, até o presente momento, a análise dar-se-á acerca do ano de 2020, o que se fez necessário a elaboração de outro projeto para a seleção PIBIC/PIVIC/CNPQ/UFPB, a fim de complementar e concluir o projeto/plano ora em tela.

Desta feita, refletir e analisar a importância da educação formal no âmbito penitenciário, torna-se urgente e necessário em decorrência da necessidade da diminuição

da lotação carcerária e, principalmente, vislumbrar a educação como mecanismo de direito fundamental para uma vida com dignidade, através do exercício da cidadania.

Outrossim, segundo o art. da Lei de Execução Penal “[...] a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado”. Assegurando ainda a remissão da pena em um dia a cada 12 (horas) de frequência escolar, podendo ser atividades educativas de nível fundamental, médio, profissionalizante ou de nível superior.

De acordo com informações da Secretaria de Administração Penitenciária –SAP, a partir de uma parceria com a Secretaria Estadual de Educação- SEE, possibilitou que o ensino regular acontecesse em unidades prisionais, através da Educação de Jovens e adultos (EJA), na qual abrangeu os níveis educacionais, alfabetização I e II, e ensino médio. No ano de 2011 o número de apenados matriculados no sistema educacional desenvolvido nos presídios paraibanos eram de apenas 150 alunos, com a implementação de trabalhos efetivos voltados para a assistência educacional, durante os anos subsequentes o número de matriculados aumentou chegando à 1.890 no ano de 2019, correspondendo a um aumento de 1.740 no número de apenados inseridos na educação formal.

Em relação à pesquisa em tela, de início a intenção era analisar até que ponto o Plano Estadual de Educação em Prisões do Estado da Paraíba era exequível no tocante a oferta da educação em unidades prisionais. Diante da amplitude do objeto de pesquisa, foi feita uma delimitação, na qual se escolheu uma unidade em específico para a realização da pesquisa social, diante disso, o desenvolvimento das atividades teve como público alvo e sujeitos da pesquisa as pessoas privadas de liberdade da unidade prisional Desembargador Silvio Porto, localizada à Rua Coronel Bevenuto Gonçalves, S/Nº, no Bairro de Mangabeira VIII, na cidade de João Pessoa – PB. O Silvio Porto é uma prisão de Regime Fechado, sua construção se deu no ano 1997, a inauguração ocorreu em janeiro do ano 2000. A coleta de dados no estabelecimento penal realizou-se no ano de 2017, na oportunidade a sua população carcerária correspondia a 1.325 presos compreendendo um déficit de 685 vagas.

3.1 Entrevistas respondidas por pavilhão

O presídio Silvio Porto possui em sua totalidade 09 (nove) pavilhões que abrigavam no momento da pesquisa empírica 1.325 apenados, estes se encontravam especificados da seguinte forma: Pavilhão 15, Pavilhão 16, Pavilhão 17, Pavilhão 18, Pavilhão 19- A, Pavilhão 19 – B, Pavilhão 20 – B, Pavilhão 21 – A, Pavilhão 21 – B, e ainda há dois Pavilhões distintos que ficam nos corredores entre os PAV. 19 – A e o 19 – B, e entre os pavilhões 21 – A e 21 – B, sendo estes denominados de Pavilhão H19 e Pavilhão H21m, sendo estes dois últimos destinados aos presos que sofreram ameaças de por parte de outros apenados, como também para aqueles que possuem problemas de relacionamento com apenados de outros pavilhões no que possa ocasionar risco para sua integridade

e segurança; os apenados que não são aceitos pela população carcerária também são colocados nestes pavilhões. Existe ainda uma cela específica de reconhecimentos para aqueles que chegam no presídio bem como para os que serão transferidos.

Portanto, de 1.325 pessoas privadas de liberdade que compunham a população carcerária no Silvio Porto no momento da coleta dos dados, 1.075 apenados se dispuseram a responder as entrevistas, representando em dados percentuais 81,13% sob a totalidade; destes, apenas 100 dos entrevistados se encontravam inseridos no sistema formal de educação ofertado no interior da instituição penal, correspondendo a 9,30% em relação ao número de entrevistados⁴.

A prática educacional realizada no Sistema Penitenciário não se restringe a educação formal, envolve também a educação não formal, se colocando como ferramenta capaz de possibilitar a desconstrução e reconstrução das ações e comportamentos dos indivíduos, de forma que possam entender as consequências de seus atos fazendo uma releitura de sua realidade, visto que, a educação se constitui um caminho para compreender a vida (ONOFRE; JULIÃO, 2013).

Em relação as atividades educativas não formais desenvolvidas no Silvio Porto apontam-se para: clube de leitura, curso RHEMA, curso de redação, clube da matemática, coral, música, dança, teatro e yoga. Destas atividades a que possui uma maior participação é o clube de leitura com 49 apenados participantes. Foi identificado que apenas no PAV. 17 não havia nenhum apenado matriculado na educação formal, nem inserido em práticas educativas não formais e em atividades laborativas, esta realidade pode ser justificada por ser neste pavilhão que se encontram apenados envolvidos com facções e que não aceitam a sua condição.

O quadro a seguir apresenta dados referentes ao número de apenados que se encontram inseridas na educação formal, como também daquelas que não se estão inseridas nas atividades educativas formais ofertadas pela Instituição Penal.

⁴ Período correspondente a pesquisa empírica.

PAVILHÕES	TIPO DE ENTREVISTAS APLICADA	QUANT.	PERCENTUAIS
PAVILHÃO 15	Entrevista A - Inserido na educação formal	5	14,71%
	Entrevista B - Não inseridos na educação formal	29	85,29%
	TOTAL	34	
PAVILHÃO 16	Entrevista A - Inserido na educação formal	32	14,75%
	Entrevista B - Não inseridos na educação formal	185	85,25%
	TOTAL	217	
PAVILHÃO 17	Entrevista A - Inserido na educação formal	0	0%
	Entrevista B - Não inseridos na educação formal	165	100%
	TOTAL	165	
PAVILHÃO 18	Entrevista A - Inserido na educação formal	8	9,30%
	Entrevista B - Não inseridos na educação formal	78	90,70%
	TOTAL	86	
PAVILHÃO 19 - A	Entrevista A - Inserido na educação formal	26	25,00%
	Entrevista B - Não inseridos na educação formal	78	75,00%
	TOTAL	104	
PAVILHÃO 19 - B	Entrevista A - Inserido na educação formal	9	11,25%
	Entrevista B - Não inseridos na educação formal	71	88,75%
	TOTAL	80	
PAVILHÃO 20 - B	Entrevista A - Inserido na educação formal	2	1,53%
	Entrevista B - Não inseridos na educação formal	129	98,47%
	TOTAL	131	
PAVILHÃO 21 - A	Entrevista A - Inserido na educação formal	7	7,22%
	Entrevista B - Não inseridos na educação formal	90	92,78%
	TOTAL	97	
PAVILHÃO 21 - B	Entrevista A - Inserido na educação formal	7	5,56%
	Entrevista B - Não inseridos na educação formal	119	94,44%
	TOTAL	126	
H PAV. 19/PAV.21/ Reconhecimento	Entrevista A - Inserido na educação formal	4	11,43%
	Entrevista B - Não inseridos na educação formal	31	88,57%
	TOTAL	35	

Quadro 2 - Tipo de entrevistas respondida por pavilhão

Fonte: Elaboração própria, 2021.

De acordo com os dados apresentados no quadro 1, identificou-se que no Pavilhão 15, dos 34 entrevistados apenas 5 estavam inseridos na educação formal representando 14,71 %; no Pavilhão 16, o número de entrevistados foi de 217 no total, destes, 32 estavam cursando a Educação formal equivalendo a 14,75%; no Pavilhão 17, não se encontravam nenhum apenas inserido na educação formal, representando, em sua totalidade, 165 pessoas não participantes de prática educativa formal; no Pavilhão 18, dos 86 entrevistados apenas 08 estavam inclusos na educação formal, correspondendo a 9,30%; no Pavilhão

19 – A, as pessoas que participaram das entrevistas foram 104, dos quais 26 eram participantes da educação formal, que traduzidos em dados percentuais corresponde a 25%, representando a maior quantidade; enquanto que, no Pavilhão 19 – B, dos 80 presos que participaram da pesquisa, apenas 09 estavam matriculados na educação formal, implicado em dados percentuais de 11,25%; no Pavilhão 20 – B, observou-se que apenas 02 dos 131 encarcerados estavam inseridos na educação formal representando o menor percentual com 1,53%, no Pavilhão 21 – A, do total de 97 presos entrevistados apenas 07 estavam envolvidos na educação formal, conferindo 7,34% da totalidade; enquanto o Pavilhão 21 – B, percebe-se que dos 126 que responderam as entrevistas, apenas 07 estavam cursando na educação formal, correspondendo a 5,56%; por fim nos Pavilhões de Reconhecimento dos 35 entrevistados, 04 estavam inseridos na educação formal ofertada pela Instituição Prisional.

Os apenados inclusos nas ações educativas realizadas nas instituições prisionais geralmente são aqueles considerados com boa conduta. O bom detento não é aquele que tomará iniciativas, mas aquele que se conforma com a sua condição de detento e está disposto a obedecer às prerrogativas institucionais. (MAEYER, 2013). As ações educativas realizadas no interior da instituição prisional do Silvio Porto não contemplam a toda a demanda educacional existente. Não existindo critério definido na escolha dos apenados que serão contemplados pelas ações educativas, acaba por ocorrer a exclusão de muitos. É perceptível que a escolha apenas se pautará no item de boa conduta, ou seja, a escolha está sempre relacionada aqueles apenados que não se “revoltam” com a sua condição de privação de liberdade.

A educação se constitui como uma ferramenta necessária para a formação do indivíduo. De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada pela sociedade com objetivo de contribuir para o pleno desenvolvimento do indivíduo, o preparando para exercer a cidadania.

“A educação é atividade criadora, que visa a levar o ser humano a realizar as suas potencialidades físicas, morais, espirituais e intelectuais” (BRANDÃO 2007, p. 29). Nesse sentido, a educação não pode ser resumida apenas à transmissão de conhecimento ou apenas para preparar o indivíduo para exercer uma profissão, vai bem além disso, a educação tem a capacidade de transformação do ser, compreendendo os âmbitos cultural, socioeconômico, político, ético, espiritual e intelectual.

Diante disso, a importância da educação como instrumento capaz de possibilitar transformação na vida das pessoas privadas de liberdade se constitui como uma realidade possível, a partir das práticas educativas que são desenvolvidas pelas Instituições Penais.

Durante a fase de categorização, com base nas respostas analisadas foi estabelecido onze categorias, a saber: a) acesso a cursos técnicos profissionalizantes; b) inserção no mercado de trabalho formal; c) aceitação social; d) relevância da educação; e) inserção

social; f) conclusão do ensino fundamental e/ou médio; g) ingresso na universidade; h) ser alfabetizado; i) ser exemplo para a família; j) mudança de mentalidade e outros.

O gráfico 1 apresenta as categorias acima estabelecidas indicando a quantidade de respostas obtidas em dados percentuais.



Gráfico 1 – Porcentagem das respostas por categoria

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Assim, pode-se observar mediante os dados expressos no âmbito do gráfico 1, que a categoria com maior expressividade remete ao “Acesso a Cursos Técnicos Profissionalizantes”, representando 19% da totalidade. Diante disso, pode inferir que, a maioria dos entrevistados desejam se profissionalizar, visando uma oportunidade de emprego ao retornar ao convívio em sociedade. Segundo Guerreiro (2014, p 2), declara:

Esses detentos que procuram uma ocupação lícita dentro dos presídios realmente estão sofrendo as consequências do cárcere e querem mudar de vida. Mas, para que isso ocorra e para que todas as barreiras de preconceito e falta de emprego possa acabar, o Estado tem que prover através de seus programas de incentivos à ressocialização, empregos e qualificações ainda dentro do sistema carcerário para que esse detento possa sair de cabeça erguida e com um trabalho digno ou qualificado para conseguir um emprego dentro do seu perfil.

A categoria “Aceitação social” também obteve uma porcentagem expressiva, correspondendo a 16% das respostas, podendo-se definir que, os entrevistados reconhecem na educação uma relevância capaz de possibilitar uma aceitação por parte da sociedade. Observouse ainda que, referente a esta categoria a resposta mais recorrente

foi a “ser reconhecido pela sociedade como cidadão” representando 51,51% do total das 33 respostas.

Diante disso, em relação as respostas dos entrevistados acerca da importância da educação, revela-se que, apesar das muitas dificuldades e limites impostos pela condição de privação de liberdade, em sua maioria, acredita-se na educação como possibilidade de transformação e como forma de (re) inserção social. Percebe-se que os entrevistados reconhecem que a educação se constitui como uma ponte necessária, que conduz a novas possibilidades, de mudança, de novos conhecimentos, de inserção no mercado de trabalho, de ingresso em curso superior, e acima de tudo prepara o apenado para o retorno à sociedade.

A educação traz novas perspectivas de futuro, para além dos limites do encarceramento, para aqueles que conseguem ser inseridos em práticas educativas desenvolvidas no interior das instituições penais, assim de acordo com essa concepção Almada (2020, p.13) destaca que:

A educação na prisão conforme bases de informações, traz além da oportunidade de inserção da sociedade, como a diminuição de ocorrências de rebeliões, promovendo aos detentos atividades de interação e reflexão, assim oferecendo novas perspectivas de futuro ao sair do cárcere.

O quadro 3 apresenta as respostas mais relevantes organizadas por categorias e por pavilhão, das perguntas relacionadas a importância da educação formal para a ressocialização das pessoas privadas de liberdade.

Categoria: Acesso a cursos técnico profissionalizantes	
PAV. 15	Entrevistado 02 - Fazer curso técnico na área da construção civil.
PAV.16	Entrevistado 65 - Fazer um curso de informática.
PAV. 18	Entrevistado 421 - Fazer curso na área de mecânica.
PAV. 19 - A	Entrevistado 527 - Fazer curso técnico de eletricitista.
PAV. 19 - B	Entrevistado 614 - Fazer um curso de gastronomia.
PAV. 20 - B	Entrevistado 688 - Fazer curso da informática.
PAV.21 - A	Entrevistado 818 - Ser técnico em eletrônica.
PAV.21 - B	Entrevistado 921 - Fazer curso de arqueologia.
Categoria: Inserção no mercado de trabalho formal	
PAV. 15	Entrevistado 03 - Buscar uma vida melhor e trabalhar.
PAV.16	Entrevistado 56 - Aprimorar o trabalho que exercia antes de ser preso, trabalhava como pedreiro.
PAV. 18	Entrevistado 419 - Abre portas, inclusive de emprego.
PAV. 19 - A	Entrevistado 527 - Tem mais possibilidades de entrar no mercado de trabalho.
PAV. 19 - B	Entrevistado 609 - Vai ser mais fácil arrumar um emprego.
PAV. 21 - A	Entrevistado 823 - Ajuda a encontrar um trabalho.
PAV. 21 - B	Entrevistado 917 - Para conseguir um emprego.
H* PAV. 19/H* PAV.	Entrevistado 1043 - Para arrumar um emprego.
Categoria: Aceitação social	
PAV. 15	Entrevistado 05 - Reconquistar a confiança social e ter respeito pela sociedade.
PAV.16	Entrevistado 66 - Ser reconhecido e aceito pela sociedade.
PAV. 18	Entrevistado 418 - Alcançar a aceitação da sociedade.
PAV. 19 - A	Entrevistado 503 - Ser reconhecido como um cidadão pela sociedade.
	Entrevistado 514 - Ressocializar ser aceito e bem visto pela sociedade.
PAV. 19 - B	Entrevistado 611 - Resgata a dignidade junto a sociedade
PAV. 21 - A	Entrevistado 822 - Traz reconhecimento social
PAV. 21 - B	Entrevistado 918 - A pessoa que estuda é bem aceita é vista com respeito.

H" PAV. 19/"H" PAV. 21/Reconhecimento	Entrevistado 1041 - Possibilita reconhecimento social.
Categoria: Relevância da educação	
PAV. 15	Entrevistado 02 - É benéfico voltar e descobrir o que um dia já teve quando estudava.
PAV. 16	Entrevistado 38 - Educação vem em primeiro lugar. É fundamental na vida do indivíduo.
PAV. 18	Entrevistado 424 - A educação proporciona expectativas para uma vida melhor.
PAV. 19 - A	Entrevistado 508 - A educação é importante para ser um cidadão de bem. Entrevistado 511 - A educação é tudo na vida de uma pessoa, sem educação não existe saída.
PAV. 19 - B	Entrevistado 613 - A educação é importante para transformar o ser humano.
PAV. 20 - B	Entrevistado 687 - A educação é muito importante é fundamental para a formação do ser humano.
PAV. 21 - A	Entrevistado 820 - A educação é fundamental para a vida do ser humano.
H" PAV. 19/"H" PAV. 21/Reconhecimento	Entrevistado 1042 - É importante para quando chegar na sociedade está atualizado.
Categoria: Inserção social	
PAV. 15	Entrevistado 03 - Sair recuperado.
PAV.16	Entrevistado 51 - A volta a sociedade se torna mais fácil. Entrevistado 57 - Ajuda na ressocialização.
PAV. 18	Entrevistado 420 - Contribui para o retorno da convivência social.
PAV. 19 - A	Entrevistado 507 - Quando se tem estudo se convive melhor na sociedade.
PAV. 19 - B	Entrevistado 615 - Inserir de foma plena na sociedade.
PAV. 20 - B	Entrevistado 688 - Para conviver melhor em sociedade.
PAV. 21 - A	Entrevistado 818 - Reabilita para a vida em sociedade
PAV. 21 - B	Entrevistado 915 - Vai ajudar o apenadopara permanecer na sociedade sem voltar para o mundo do crime.

Quadro 3: Respostas mais relevantes respondidas por pavilhão acerca da importância da educação

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Vale salientar que, os dados destacados têm como objetivo apresentar as principais categorias e respostas estabelecidas com base nas falas dos entrevistados. Assim sendo, a categoria “Acesso a Cursos Técnicos profissionalizantes”, representou uma quantidade de respostas com maior percentual como especificado no gráfico 1, correspondendo a 19% em relação a totalidade de 208 respostas. Observou-se que, para esta categoria as repostas com maior frequência foram “ fazer curso na área da construção civil e fazer curso de informática” ambas as respostas tiveram uma frequência de 3 em relação ao total de 38, que traduzidos em dados percentuais correspondem a 7,89%. Vale ressaltar que, essa foi a categoria que mais apresentou variação nas respostas no quis diz respeito a frequência.

No que diz respeito a categoria “Inserção no Mercado de Trabalho Formal”, a resposta apontada com maior expressão foi a “ter mais possibilidade de entrar no mercado de trabalho”, obtendo-se 32 respostas do total de 37, representando uma porcentagem bastante expressiva de 86,48%.

É de suma importância a capacitação profissional dos apenados enquanto estão na condição de pessoas privadas de liberdade, pois além de prepará-los para uma possível inserção no mercado de trabalho ao retornarem à convivência social, viabiliza um melhor relacionamento entre os que se encontram reclusos.

Sobre a importância do desenvolvimento de atividades laborativas Casella (1980, p. 424) afirma:

Múltiplas são as funções do trabalho do presidiário, reconhecidas como verdadeiras necessidades: favorecem o estado psicológico para que o condenado aceite sua pena; impedem a degeneração decorrente do ócio; disciplinam a conduta; contribuem para a manutenção da disciplina interna; prepará-lo para a reintegração na sociedade após a liberação; permitem que os presidiários vivam por si próprios.

Vejamos o que afirma Brandão e Farias (2013, p. 2) sobre a importância do papel do Estado em desenvolver políticas de inclusão social, de forma que, proporcione aos apenados serem inseridos em sociedade:

É papel do Estado desenvolver ações e políticas destinadas à inclusão social de presos e egressos, desenvolvendo seus potenciais como indivíduos, cidadãos e profissionais. Junto a essa reintegração social, incluem-se ações destinadas à elevação de escolaridade e assistência aos detentos, egressos e internados, assim como, profissionalização e integração dos mesmos no mercado de trabalho e na geração de renda, sendo essas também dever estatal.

Enquanto que, as categorias “Aceitação Social e Relevância da Educação”, obtiveram percentuais significativos de 16% e 14% do total de 208 respostas dos entrevistados (Gráfico 1). Para a categoria “Aceitação Social”, observou-se que a resposta “ser reconhecido como um cidadão de bem pela sociedade” obteve uma maior frequência, representando 20 das 33 respostas desta categoria, correspondendo a 60,60%.

No tocante, a categoria “Relevância da Educação”, a resposta mais expressiva foi “a educação como possibilidade de mudança de vida” com o número de 5 respostas correspondendo a 17,24% do total de 29 respostas.

De acordo com a expressão dos entrevistados Arantes e Marta (2013, p. 3) relata que:

A educação é, indubitavelmente, responsável por fornecer elementos para a construção do pensamento humano e, por conseguinte pela capacidade de autodeterminação do indivíduo. E essa elaboração da maneira correta de pensar é uma tarefa que está muito ligada ao desenvolvimento da democracia, daí a grande importância e responsabilidade do ensino.

A educação se constitui como um elemento necessária para a efetivação da cidadania das pessoas privadas de liberdade, pois capacita os indivíduos a exercer a função de direito democrático.

Por fim, a categoria “Inserção Social”, a resposta que se destacou com maior porcentagem foi “prepara o apenado para o retorno a sociedade”, correspondendo a 27,27% (9 respostas) do total de 33 respostas.

Essa fala dos apenados pode ser justificada em decorrência da sociedade brasileira trazer em suas raízes históricas o preconceito com os seguimentos de pessoas consideradas a margem da sociedade, essa pois é uma das dificuldades enfrentadas pelos detentos que cruzam os muros dos presídios e retornam para a vida social. Como abordado por

Vasconcelos (2014, p. 19):

O preconceito social, destaque-se, é citado por muitos detentos como a maior limitação de suas vidas e expressa o fato de que o apenado, ao sair da prisão, carrega o estigma de ex-detento, de pessoa desacreditada, fato este que dificulta sua inserção na vida profissional, familiar e social, além de fazer do trabalho a maior e, às vezes insuperável, barreira na vida pós-cárcere.

Por esta razão deve-se ressaltar a importância de investimentos por parte das autoridades responsáveis, acerca da implementação de Políticas educacionais nos Presídios. E além disso, desenvolver ações que possibilitem a reintegração dos apenados em sociedade.

4 | CONCLUSÕES

A educação como direito fundamental do indivíduo deve ser garantida pelo Estado, família e promovida e incentivada pela sociedade, independentemente da posição social que o indivíduo se encontre. As pessoas privadas de liberdade têm o direito fundamental de ir e vir suspenso temporariamente como forma de punição, por descumprir normas que regem a sociedade, porém, o direito à educação não deve ser negado, visto que, a educação se constitui como uma ferramenta de suma relevância para o desenvolvimento da cidadania e da dignidade da pessoa humana. E se tratando das pessoas privadas de liberdade a educação se constitui como uma ferramenta extremamente necessária para o processo de reinserção na sociedade.

Com base nas análises realizadas, a partir das falas dos entrevistados, pode-se concluir que, apesar dos inúmeros limites e dificuldades que os apenados enfrentam no interior da Instituição Penal devido a sua condição de encarcerados, eles acreditam na educação como meio capaz de transformar suas realidades. Igualmente, compreendem a educação como ponte necessária capaz de conduzi-los ao retorno de forma plena ao convívio familiar e em sociedade.

Além disso, de acordo com a percepção dos apenados, a educação é capaz de trazer novas perspectivas de futuro como por exemplo, acesso ao emprego formal, acesso ao curso universitário e ainda tornar o apenado um exemplo para sua família.

Outrossim, os objetos propostos pelo plano de trabalho foram em parte alcançados devido algumas dificuldades enfrentadas, tanto pela docente quanto pela discente, sendo algumas das limitações justificadas em decorrência da Pandemia da Covid-19 que impossibilitou por algumas vezes o desenvolvimento das reuniões de forma presencial. Assim sendo, utilizou-se das plataformas digitais para a realização das reuniões que em sua maioria se deram de forma remota, ainda queremos ressaltar as dificuldades na realização das atividades dentro dessa modalidade, como queda de internet e falta de equipamentos adequados e necessários para seu desenvolvimento das atividades propostas.

Conforme Candau (2007), a globalização, as políticas neoliberais e a segurança

global são realidades que estão acentuando a exclusão social em suas diferentes formas e manifestações. No entanto, não afetam igualmente a todos os grupos sociais e culturais, nem a todos os países e, dentro de cada país, as diferentes regiões e pessoas. São os considerados “diferentes”, aqueles que, por suas características sociais e/ou étnicas, por não se adequarem a uma sociedade cada vez mais marcada pela competitividade e pela lógica do mercado, são vistos como “descartáveis”, sendo negado-lhes o direito a ter direitos.

Entretanto, no momento contextual em que se insere a pesquisa bibliográfica e documental, a Educação Formal e Não-Formal no universo do cárcere estão presentes nas legislações, em formulações de educadores, entre outros. Resultam em projetos e experiências com dimensões e alcances variados, através de uma pluralidade que vem se realizando com diferentes abordagens metodológicas, o que nos remete a territorialidade, ao contexto geográfico, cultural e regional em que se localizam.

Tal contexto, pressupõe maior comprometimento do Estado, enquanto ente federativo, com vistas a dimensionar oportunidades aos apenados, por meio da Educação Formal e Não-Formal, ampliando a oferta de matrículas e duplicando as séries por ano letivo, uma vez que, na prática, os recursos disponibilizados são insuficientes para abranger a todos os apenados que se encontram em reclusão. Isto posto, esta ação limitada, fomenta a ampliação deste debate.

Sabemos que garantir uma pedagogia articulada é o grande desafio, pois vivemos numa cultura de descontinuidades e muito personalismo político, o que geralmente acarreta adversidades à execução da educação enquanto elemento motivador da cidadania ativa e transformadora de mentalidades, atitudes e comportamentos dos diferentes atores sociais: sejam eles instituintes ou instituídos.

Outra reflexão oportuna, se relaciona a “educar para o nunca mais”; isto é, para resgatar a memória, romper com a cultura da impunidade, do silêncio e da agressão que ainda é muito presente no Cárcere. Portanto, formar sujeitos que vivenciem direitos, a partir de metodologias ativas e participativas, que superem estratégias puramente expositivas, de um saber préesistemizado.

Esta posição teórico-crítica deve questionar as interpretações simplistas de Foucault (1987) que concebe a educação no âmbito penitenciário como uma “pedagogização” e “dispositivo de normalização”, isto é, como uma mera variação de dominação. É mais conveniente perguntar-se sobre a missão de uma política de educação de adultos. Esta política deve responder ao interesse de dinamizar a cultura dos setores populares no sentido de provocar mudanças na ordem social estabelecida, o que envolve uma reflexão sobre a criação do currículo escolar no sentido proposto por Freire (1994), isto é, uma reflexão teórica e, ao mesmo tempo, partindo das contradições e condições concretas.

As condições particulares da educação em prisões são multidisciplinares, a natureza da educação nesse espaço exige uma reflexão sobre a tarefa educativa nas

prisões. Esta reflexão deve ser feita em vários níveis: avaliação, continuidade e sobretudo o questionamento de cada uma das áreas, tarefas e atores do processo educativo. Desta forma é pertinente refletir sobre a coordenação das instituições e os profissionais envolvidos neste processo.

Esta reflexão crítica, nos dizia Freire (1994), é indispensável para um processo de transformação de uma realidade específica. Sabemos que a realidade das prisões é difícil e complexa, muitas vezes pouco aberta as mudanças, mas não se pode esquivar uma reflexão crítica e precisamente transcender de algum modo, tal realidade. Como ultrapassar burocracias, inércias e resistências à mudança? Identificamos um discurso político geral para melhorar as prisões. Esta vontade não é suficiente, mas é necessária para empreender a mudança. Por isto torna-se urgente assumir e explorar a capacidade transformadora da educação.

Desta maneira, as ações de educação em prisões são indissociáveis das estratégias nacionais de desenvolvimento e de redução da pobreza, de forma que a superação do analfabetismo não fique separada do conjunto de políticas públicas. Mas particularmente, deve haver uma coerência e uma comunicação entre os programas dirigidos às comunidades em situação de vulnerabilidade e marginalização, os programas de educação de adultos e aqueles desenvolvidos nas prisões. Infelizmente, muitas vezes, as políticas de educação de adultos não contam com o apoio financeiro que necessitam já que é uma modalidade da Educação com pouco apoio político.

Assim, tem acontecido historicamente com as políticas educacionais: “na sua execução, dificilmente [são] acompanhadas pela provisão de recursos financeiros e administrativos necessários ao seu desenvolvimento (AZANHA, 1987, p. 105). A questão que se coloca é como os educadores interpretam as consequências educacionais de um processo de ampliação do acesso à escola sem que esta tenha as condições mínimas necessárias para atender as demandas em termos de espaço, de organização curricular, de metodologia e de capacitação docente. Geralmente entende-se que esta questão é pedagógica, ou seja, que pode ser resolvida no marco da escola.

Confrontando tais aspectos com a realidade da Educação no âmbito do Sílvio Porto, pode-se questionar como a Instituição garante o processo de ensino e de aprendizagem, com as necessidades dos apenados? O que se identifica é uma escola que ensina ou uma escola que exclui? A oferta da Educação na Penitenciária Sílvio Porto, permite a discussão acerca desta oferta, com base nas respostas obtidas por meio da pesquisa realizada com 1.075 apenados.

Desta feita, o processo educacional no Sílvio Porto, integra uma concepção que tem gerado muitas reflexões e debates entre gestores, professores e a população em geral, o que sinaliza que o tema vem ocupando lugar na agenda do Estado como um todo.

Entretanto, ainda no Sílvio Porto, pudemos identificar a pluridimensionalidade e a complexidade de mundo na qual a escola está pautada, o que exige do(a) educador(a) um

agir histórico e dialético. O que nem sempre se percebe, pois, as condições precárias de trabalho oferecidas, impõe um movimento aligeirado aos conteúdos, professores sem tempo hábil para utilizar recursos metodológicos que agucem uma releitura crítica da realidade sócio-histórica; no entanto, mesmo diante de um quadro desfavorável na efetivação da Educação Formal e Não-Formal a todos os apenados, é certo que, há uma intenção do corpo docente, lá presente, em desenvolver uma pedagogia humanizadora e crítica com vista a intersetorialidade.

Organizar este relatório, nos fez perceber que o tema objeto da pesquisa é urgente no âmbito local da Política de Educação. Pois, os dados obtidos são muitos expressivos e reveladores, quanto à oferta e demanda na relação ensino-aprendizagem.

Os dados, também indicaram que dos 1.075 presos entrevistados, apenas 9,30% estão incluídos na Educação Formal, ofertada no Sílvio Porto, ou seja, 100 presos e na Educação Não-Formal esse percentual é de 8,84%, o que corresponde a 95 presos, em detrimento de um amplo percentual de 81,86%, representado por um quantitativo de 880 presos que não estão incluídos nesse processo. Esse cenário bastante desolador, reflete que o sistema educacional na Instituição pesquisada não alcança seus objetivos através da intenção consciente de professores e gestores em inserir o maior número de presos no processo educacional. A escola não é plenamente bem-sucedida nessa função, isto ocorre, em parte, porque “empurram” o processo escolar para situações excludentes, e porque “forças contrárias” externas, continuamente exercem sua influência. Assim, a escola não atua de maneira perfeita na reprodução social enquanto aparelho de Estado, ela também é marcada por contradições e conflitos. Isto significa que o papel da educação na mediação do conflito de classes é desenvolvido por uma fração dominante que usa arditosamente a educação para mediar a luta de classes.

Outros dados, indicam que, quanto a faixa etária que compreende dos 18 aos 49 anos de idade, temos o percentual de 96,84% do universo entrevistado, representado por jovens, adultos jovens e adultos, com maior representatividade de jovens e adultos jovens, ou seja, na faixa etária que vai dos 18 anos aos 37 anos, que em temos percentuais, representa 81,12%. Pode-se considerar que são sujeitos em plena capacidade de instrução escolar e ou laboral, e que, diante de sua reclusão, terminam por serem excluídos desse(s) processo(s), uma vez que, o Sílvio Porto, não agrega condições de incluir, a população carcerária, em seu todo, na Educação Formal e Não-Formal.

Indicaram que, quanto ao grau de escolaridade dos presos, a expressão que se torna mais evidenciada é a dos que não concluíram o Ensino Fundamental I, temos o percentual de 33,02%, do universo entrevistado. Com respeito à Educação Superior no Sílvio Porto, devido ao baixo nível de escolaridade dos presos, o percentual que se encontra apto a ingressar em um curso de graduação é reduzido, haja vista que o quantitativo de presos que concluíram o Ensino Médio é de 89, o que representa um percentual de 8,28%. Para além disso, o Sílvio Porto oferta apenas o Ensino Básico; o ingresso de um preso que

cumpra pena em regime fechado, como é o caso dos presos que se encontram na referida Instituição Penal é inacessível ao Ensino Superior.

No âmbito da Instituição Penal, a correlação de forças e o confronto de tendências e interesses são latentes. Isso reflete o exercício de uma cidadania às avessas, que ao invés de estabelecer oportunidades, aumenta ainda mais o hiato entre sociedade e presos e entre os próprios presos, quando um percentual de 9,30% e 8,84% têm acesso à Educação Formal e Não-Formal, respectivamente, em detrimento de uma ampla maioria que não tem, representada por 880 presos. Sobre tal realidade, a pesquisa revelou a ausência de critérios definidos e transparentes quanto à seleção dos presos ao acesso à Educação Formal e Não-Formal, no Sílvia Porto. O que se apresentou, foi uma lógica de seletividade, que envolve relação de poder, de privilégios, da boa vontade de quem seleciona e de sua convicção pessoal. Essa convicção é o que perpassa a realidade da Educação Formal e Não-Formal, na referida Instituição Penal.

Diante das análises, o relatório propõe enquanto mecanismos de aprimoramento da Educação no cárcere, as seguintes sugestões: 1) Os governos devem elaborar, implementar e avaliar políticas públicas integrais de educação e não se restringir a projetos focalizados; 2) É imprescindível que os diferentes órgãos e/ou instituições governamentais definam instâncias de articulação com a finalidade de desenvolver políticas que contemplem as dimensões de: saúde, trabalho, desenvolvimento social, cultura, direitos humanos, esportes, entre outras; 3) A Educação Formal e a Educação Não-Formal devem estar articuladas como parte do projeto político pedagógico de cada estabelecimento; 4) É importante reconhecer o protagonismo do indivíduo privado de liberdade nos processos educativos sem que isto signifique substituir a responsabilidade do Estado; 5) É necessário fortalecer a educação e valorizar os Agentes Penitenciários, Professores e demais profissionais que trabalham nas Instituições Penais, a partir da perspectiva dos direitos humanos; 6) É imprescindível fortalecer os vínculos das Instituições Penais com as universidades, as organizações da sociedade civil, família e comunidade, a fim de outras oportunidades; 7) É necessário produzir sistematicamente dados quantitativos e qualitativos que possibilitem a formulação de políticas públicas; 8) Entre as estratégias educacionais possíveis, se recomenda a criação de espaços de convivência culturais e recreativas; 9) Tendo em vista o princípio da educação ao longo da vida se recomenda que se estabeleçam políticas que facilitem a continuidade e o acompanhamento dos processos educativos para além do cumprimento da pena.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Jéssica Farias. **RESSOCIALIZAÇÃO POR MEIO DA EDUCAÇÃO CARCERÁRIA: um desafio possível**. 2020. 2020 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Centro Universitário Fametro, Fortaleza/Ce, 2020.

ARANTES, Sílvia Gelli. A importância da educação superior na ressocialização do condenado. **Âmbito Jurídico**, São Paulo, p. 1-11, mar. 2013.

BARDIN, Laurence. **ANÁLISE DE CONTEÚDO**: análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977. 225 p.

BRANDÃO, Jammilly Mikaela Fagundes. Inclusão Social de Ex-Detentos no Mercado de Trabalho: reflexões acerca do projeto esperança viva. **Anpad**, Brasília/Df, p. 1-16, nov. 2013.

CARVALHO, Sérgio Garófalo de. A pandemia no cárcere: intervenções no superisolamento. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 25, 05 junho. 2020. Mensal.

CASELLA, João Carlos. **O presidiário e a previdência social no Brasil**. Revista de Legislação do Trabalho e Previdência Social, p.424, 1980.

DEPEN-Departamento Penitenciário Nacional. Censo Penitenciário de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FLEURY, Livia Lages. **A liberação de presos na pandemia: a liberação de presos na pandemia**. A liberação de presos na pandemia. 2020. Disponível em: <https://www.justificando.com/2020/08/13/a-liberacao-de-presos-na-pandemia/>. Acesso em: 26 jul. 2020.

GUERREIRO, Pedro. **A importância do trabalho e da educação para o apenado**. Artigo publicado no Jus.com.br, 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/32425/ainportancia-do-trabalho-e-da-educacao-para-o-apanado>. Acesso em: 02 ago. 2021.

LAGES, Livia. **A liberação de presos na pandemia**. 2020. Disponível em: <https://www.justificando.com/2020/08/13/a-liberacao-de-presos-na-pandemia/>. Acesso em: 26 jul. 2021.

LAGES, Livia; FLEURY, Daniely Roberta dos Reis. **A liberação de presos na pandemia**. 2020. Disponível em: <https://www.justificando.com/2020/08/13/a-liberacao-de-presos-napandemia/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

MAEYER, Marc de. A Educação na Prisão não é uma Mera Atividade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 33-49, mar. 2013. Trimestral.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, 2013. Trimestral.

VASCONCELOS, Fernando Parente dos Santos. **RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO E DO EGRESSO**: fundamentos para a participação da sociedade à luz de aspectos social, religioso, filosófico e jurídico. 2014. 117 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Direito, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2014. Cap. 5.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Água 81, 176, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

Atendimento educacional especializado 123, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133

Atividades escolares 37, 58, 59, 62, 130, 148, 158

Aulas remotas 15, 40, 123, 125, 129, 130, 132

Avaliação 13, 17, 18, 19, 33, 49, 51, 52, 56, 106, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 184, 188, 195, 197

B

Brasil 1, 2, 4, 5, 7, 8, 10, 11, 22, 23, 24, 28, 30, 31, 33, 35, 42, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 66, 68, 69, 71, 75, 78, 80, 82, 84, 86, 89, 90, 109, 113, 119, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 132, 133, 154, 164, 165, 167, 169, 177, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 192, 193, 195, 196, 197, 204

C

Contexto social e educacional 148, 162

Cotas raciais e sociais 190

D

Diversidade cultural 68, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 78, 84, 85

E

Educação 1, 2, 4, 10, 11, 13, 14, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 148, 149, 153, 155, 157, 159, 162, 163, 164, 165, 174, 180, 182, 185, 188, 190, 191, 195, 196, 197, 203, 204, 205

Educação confessional 148

Educação em prisões 87, 90, 96, 105, 106

Educação física 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 85, 86

Educação inclusiva 43, 49, 50, 52, 53, 54, 87, 132

Educação infantil 21, 32, 41, 49, 60, 63, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122

Educação policial militar 1

Ensino 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 41,

42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 91, 96, 100, 103, 106, 107, 108, 113, 114, 115, 116, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 149, 150, 153, 155, 163, 181, 182, 185, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 203, 204, 205

Ensino de Geografia 68, 74, 84

Ensino híbrido 22, 58, 64, 65, 66

Ensino remoto 12, 14, 15, 19, 25, 26, 58, 59, 63, 64, 67, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Ensino superior 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 50, 108, 193, 195, 197, 203, 205

Estudante surdo 123, 130

F

Família 6, 7, 15, 32, 53, 57, 59, 64, 91, 99, 100, 104, 108, 151, 152, 155, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 183, 187

Formação 3, 5, 6, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 18, 19, 23, 25, 26, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 46, 48, 50, 52, 55, 60, 62, 72, 75, 76, 79, 81, 83, 84, 96, 99, 113, 115, 117, 121, 122, 126, 129, 154, 155, 156, 158, 159, 162, 164, 181, 190, 203, 205

Frenteira 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86

H

Hibridismo 165, 166, 167, 168, 169, 177

História oral 148, 149, 163

I

Inclusão 16, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 49, 51, 53, 54, 56, 57, 63, 75, 85, 89, 90, 103, 109, 126, 127, 128, 132, 190, 193, 196, 197, 201

Intervenção 36, 37, 39, 43, 46, 51, 54, 83

L

Linguagens 28, 85, 110, 111, 112, 113, 116, 118, 119, 120, 165, 168, 171, 176, 178, 179

Literatura infantil 165, 166, 167, 168, 169, 174, 175, 176, 179, 180

Livro ilustrado 165, 168, 169, 170, 180

M

Memória 51, 64, 88, 105, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 159, 163, 164, 176, 177

Metodologias ativas 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 28, 65, 105, 181, 182, 183, 185, 188

O

Objetivos sustentáveis 183, 185, 186, 188

P

Pandemia 12, 14, 15, 21, 22, 23, 25, 26, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 49, 54, 55, 58, 59, 61, 64, 65, 66, 94, 104, 109, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Paraná 1, 11, 54

Políticas públicas 19, 21, 28, 30, 37, 61, 67, 78, 106, 108, 118, 190, 193, 195, 196, 197, 203

Práticas pedagógicas 12, 36, 37, 38, 51, 65, 73, 81, 82, 83, 112, 113, 115, 116, 117, 119, 133

Professor 12, 13, 14, 15, 17, 18, 21, 23, 25, 26, 27, 29, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 41, 46, 47, 48, 52, 59, 61, 65, 66, 68, 70, 73, 76, 77, 82, 84, 114, 117, 118, 119, 121, 125, 127, 131, 133, 181, 183, 184, 186, 187, 188, 205

Projeto 13, 14, 30, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 46, 48, 61, 95, 108, 109, 119, 127, 150, 164, 170, 193

R

Realidade prisional 87

Recomendações 43, 45, 49, 53

Representações 117, 150, 162, 165, 168, 174, 175, 179, 180

S

Saneamento 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

Socialização 7, 14, 24, 25, 32, 44, 52, 58, 87, 120, 157

Sucesso acadêmico 190

T

Tecnologias de informação e comunicação 13, 36, 37, 38, 39

Tecnologias assistivas 43

V

Violências 1, 3, 5

W

WhatsApp 40, 58, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 130

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atuação do estado e da sociedade civil na

EDUCAÇÃO II



Atena
Editora
Ano 2022

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atuação do estado e da sociedade civil na

EDUCAÇÃO II



Atena
Editora
Ano 2022